



Celeo Redes Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações financeiras
(controladora e consolidado)
em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório da administração	
Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes	
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	5
Demonstrações financeiras	
Balancos patrimoniais	10
Demonstrações do resultado	11
Demonstrações do resultado abrangente	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa	14
Demonstrações do valor adicionado	15
Notas explicativas às demonstrações financeiras	
Base de preparação	
1. Contexto operacional	16
2. Base de preparação	17
3. Moeda funcional e moeda de apresentação	17
4. Uso de estimativas e julgamentos	17
Políticas contábeis	
5. Base de mensuração	18
6. Sazonalidade	18
7. Informações por segmento	18
8. Políticas contábeis materiais	18
9. Novas normas e interpretações ainda não efetivas	23
Ativos	
10. Caixa e equivalentes de caixa	23
11. Títulos e valores mobiliários	24
12. Concessionárias e permissionárias	24
13. Ativo de contrato	24
14. Imposto de renda e contribuição social a recuperar	25
15. Investimentos	25
Passivos e patrimônio líquido	
16. Debêntures	26
17. Imposto de renda e contribuição social a recolher	28
18. PIS e COFINS diferidos	28
19. Imposto de renda e contribuição social diferidos	29
20. Contingências	29
21. Patrimônio líquido	30
Desempenho do ano	
22. Lucro básico e diluído por ação	31
23. Receita operacional líquida	31
24. Custos operacionais e despesas gerais e administrativas	32
25. Resultado financeiro	33
Tributos sobre o lucro	
26. Imposto de renda e contribuição social	33
Outras informações	
27. Transações com partes relacionadas	34
28. Gestão de riscos financeiros	35
29. Cobertura de seguros	38

Relatório da administração

(Em milhares de Reais)

1. Mensagem da administração

A administração da Celeo Redes Transmissão de Energia S.A. (Companhia) em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras (controladora e consolidado) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do relatório do auditor independente.

2. A Companhia

A Celeo Redes Transmissão de Energia S.A., sociedade anônima aberta, foi constituída em 26 de junho de 2018 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, empresárias ou não empresárias, como sócia ou acionista, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras e ainda participar de consórcios.

A Companhia possui participação de 100% no capital social das empresas LT Triângulo S.A. (Triângulo) e Vila do Conde Transmissora de Energia S.A. (Vila do Conde).

A Celeo Redes Brasil S.A. (Celeo) possui 100% de participação na Companhia, sendo controlada em conjunto pela Elecnor S.A. com 51% e a Pasterze Investments Holding B.V. com 49%.

3. Principais acontecimentos no exercício

(a) Receita Anual Permitida (RAP)

A RAP da Triângulo para o ciclo 2024-2025 foi de R\$ 79.576, uma redução de 27,4% quando comparada com a RAP para o ciclo 2023-2024 que foi de R\$ 109.562, decorrente principalmente do processo de redução de 50% da RAP, prevista no Contrato de Concessão para a receita 16º ano de entrada em operação) que passou a impactar com impacto a partir de julho de 2024. O efeito total da redução da RAP ocorrerá no ciclo 2025-2026. Os valores são reajustados anualmente pela variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo).

A RAP da Vila do Conde para o ciclo 2024-2025 foi de R\$ 64.880 uma redução de 0,08% quando comparada com a RAP para o ciclo 2023-2024, de R\$ 64.935, decorrente do reajuste do IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado).

(b) Pagamento de dividendos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia pagou o montante de R\$ 84.471 referente a dividendos.

(c) Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia recebeu o montante de R\$ 91.551, sendo R\$ 43.157 da Triângulo, e R\$ 48.394 da Vila do Conde.

(d) Disponibilidade da linha de transmissão

A disponibilidade da linha de transmissão das controladas Triângulo e Vila do Conde em 31 de dezembro de 2024 foi de 99,96% e 99,99% respectivamente.

(e) Debêntures

Em 19 de abril de 2024 e 21 de outubro de 2024 a Companhia efetuou o pagamento de juros da 2ª emissão de debêntures no montante de R\$ 40.941.

A totalidade do saldo das debêntures foi reclassificada para o passivo circulante, considerando seu vencimento em outubro de 2025. A geração de caixa da Companhia permanece suficiente para honrar as obrigações de curto prazo, exceto para o pagamento total desse saldo devedor, contando, se necessário, com o suporte financeiro do acionista. A administração planeja o resgate antecipado das debêntures por meio de uma nova emissão e segue avaliando outras alternativas, conforme necessário. Para tanto, a Companhia se apoia em sua sólida expertise em operações semelhantes e no robusto relacionamento da Celeo com os mercados financeiro e de capitais.

4. Governança corporativa

As práticas de governança da Companhia buscam fornecer informações aos seus acionistas com qualidade e transparência.

(a) Diretoria

A Companhia é administrada por uma Diretoria composta por 3 (três) cargos, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo eleitos pelo Conselho de Administração.

(b) Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal, não é permanente, e será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação dos acionistas. Quando instalado, será composto por 3 (três) membros e por igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral. Compete aos membros do Conselho Fiscal as atribuições e os poderes conferidos em lei.

(c) Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por 3 (três) membros efetivos para um mandato unificado de 03 (três) anos, sendo eleitos em assembleia geral de acionistas. Compete aos conselheiros, entre outros, eleger e destituir a Diretoria, fiscalizar a gestão de diretores, examinar os livros, papéis e relatórios gerenciais da Companhia, solicitar informações sobre contratos firmados, fixar a orientação geral dos negócios.

5. Declaração da Diretoria

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os membros da diretoria, declaram que revisaram, discutiram e concordam acerca das demonstrações financeiras (controladora e consolidado) da Companhia e com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

6. Relacionamento com os auditores independentes

Em atendimento à instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. prestou somente serviços de auditoria externa para a Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Celeo Redes Transmissão de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Celeo Redes Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

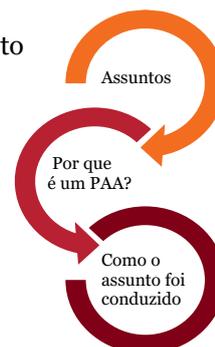
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Mensuração do Ativo de contrato e correspondente Receita de remuneração do ativo de contrato (Notas 7.5, 12 e 22)

O Ativo de contrato no valor de R\$ 689.234 mil refere-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção das infraestruturas de transmissão de energia dos seus respectivos contratos de concessão. A mensuração do ativo requer o exercício de julgamento significativo por parte da administração sobre o cumprimento das obrigações de performance satisfeitas ao longo do tempo.

Adicionalmente, por se tratar de contratos de longo prazo, a identificação da taxa de remuneração, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos futuros, também requer o uso de julgamento significativo por parte da administração para a mensuração do seu valor presente, bem como na determinação das margens de lucro esperadas para cada obrigação de performance identificada. Consideramos essa área como foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas poderia modificar significativamente o valor do ativo mensurado pela Companhia.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e a avaliação do ambiente de controles internos relacionados com o processo de mensuração do Ativo de contrato.

Efetuamos a leitura dos contratos de concessão e respectivos aditivos (quando aplicável) para identificação das obrigações de performance e entendimento das condições pactuadas entre elas, os preços e o prazos definidos.

Efetuamos teste de consistência dos dados informados da Receita Anual Permitida ("RAP") nos controles auxiliares da Companhia com os dados constantes nos contratos de transmissão.

Adicionalmente, avaliamos a razoabilidade das principais premissas operacionais e financeiras utilizadas pela administração e a coerência lógica e aritmética das projeções de fluxo de caixa.

Consideramos que as premissas e critérios adotados pela administração são consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações obtidas em nossos trabalhos.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.



Celeo Redes Transmissão
de Energia S.A.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Celeo Redes Transmissão
de Energia S.A.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.



Celeo Redes Transmissão
de Energia S.A.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2025


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Patricio Marques Roche
Contador CRC 1RJ081115/O-4

Balanços patrimoniais (controladora e consolidado) Em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	10	6.774	104	6.913	277
Títulos e valores mobiliários	11	21.695	58.651	63.471	106.259
Concessionárias e permissionárias	12	-	-	14.332	17.362
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	27 (a)	37.662	39.876	-	-
Ativo de contrato	13	-	-	87.965	84.120
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	14	13.961	13.698	13.961	12.590
Outros impostos e contribuições a recuperar		114	-	916	1.584
Outros ativos		282	284	16.114	18.051
Total do ativo circulante		80.488	112.613	203.672	240.244
Ativo de contrato	13	-	-	601.269	603.266
Total do realizável a longo prazo		-	-	601.269	603.266
Investimento	15 (a)	529.725	541.644	-	-
Imobilizado		-	-	8.690	8.698
Total do imobilizado + investimento		529.725	541.644	8.690	8.698
Total do ativo não circulante		529.725	541.644	609.959	611.964
Total do ativo		610.213	654.257	813.631	852.208
Fornecedores		3.441	3.410	5.944	4.865
Debêntures	16	356.936	6.733	356.936	6.733
Salários e encargos a pagar		-	-	1.843	1.294
Imposto de renda e contribuição social a recolher	17	-	-	16.861	17.370
Outros impostos e contribuições a recolher		803	1.833	2.246	6.175
Pis e Cofins diferidos	18	-	-	5.951	5.693
Dividendos	27 (b)	9.596	8.980	9.596	8.980
Encargos setoriais		-	-	11.139	10.824
Contas a pagar		1.119	1.257	1.119	1.257
Outros passivos		73	75	3.532	2.170
Total do passivo circulante		371.968	22.288	415.167	65.362
Debêntures	16	-	349.043	-	349.043
Pis e Cofins diferidos	18	-	-	38.380	38.946
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	-	-	121.839	115.931
Total do passivo não circulante		-	349.043	160.219	503.920
Total dos passivos		371.968	371.331	575.386	569.282
Capital social	21 (a)	85.600	85.600	85.600	85.600
Reserva de lucros	21 (b)	152.645	197.326	152.645	197.326
Total do patrimônio líquido		238.245	282.926	238.245	282.926
Total do passivo e patrimônio líquido		610.213	654.257	813.631	852.208

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações do resultado (controladora e consolidado)

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita operacional líquida	23	-	-	154.939	134.021
Custos operacionais	24 (a)	-	-	(45.740)	(30.338)
Lucro bruto		-	-	109.199	103.683
Despesas gerais e administrativas	24 (b)	(487)	(641)	(8.477)	(7.836)
Provisão para perda de crédito esperada	13	-	-	(325)	(2.087)
Outros		(63)	(53)	(674)	(1.141)
Despesas operacionais		(550)	(694)	(9.476)	(11.064)
Resultado antes do resultado financeiro		(550)	(694)	99.723	92.619
Receitas financeiras		7.020	2.539	11.557	11.099
Despesas financeiras		(42.215)	(49.225)	(44.133)	(49.694)
Resultado financeiro	25	(35.195)	(46.686)	(32.576)	(38.595)
Resultado de equivalência patrimonial		77.418	85.192	-	-
Resultado antes dos impostos		41.673	37.812	67.147	54.025
Imposto de renda e contribuição social correntes		(1.268)	-	(20.833)	(23.980)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	(5.909)	7.767
Imposto de renda e contribuição social	26	(1.268)	-	(26.742)	(16.213)
Lucro líquido do exercício		40.405	37.812	40.405	37.812
Resultado por ação					
Resultado por ação - básico e diluído (em R\$)	22	0,47	0,44	0,47	0,44

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações do resultado abrangente (controladora e consolidado) Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Lucro líquido do exercício	40.405	37.812
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	40.405	37.812

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (controladora e consolidado)

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

Controladora e Consolidado								
	Nota	Capital Social	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
			Legal	Lucros a realizar	Retenção de lucros	Dividendo adicional proposto		
Saldo em 31 de dezembro de 2022		85.600	11.009	157.120	366	38.650	-	292.744
Pagamento de dividendos	27 (b)	-	-	-	-	(38.650)	-	(38.650)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	37.812	37.812
Reserva legal	21 (b)	-	1.891	-	-	-	(1.891)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	21 (c)	-	-	-	-	-	(8.980)	(8.980)
Dividendos adicionais propostos	21 (b)	-	-	-	-	26.941	(26.941)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		85.600	12.900	157.120	366	26.941	-	282.926
Transferência para reserva de retenção de lucros	21 (b)	-	-	(157.120)	157.120	-	-	-
Dividendos constituídos	21 (b)	-	-	-	(48.550)	-	-	(48.550)
Pagamento de dividendos	21 (b)	-	-	-	-	(26.941)	-	(26.941)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	40.405	40.405
Reserva legal	21 (b)	-	2.020	-	-	-	(2.020)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	21 (c)	-	-	-	-	-	(9.596)	(9.596)
Dividendos adicionais propostos	21 (b)	-	-	-	-	28.789	(28.789)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		85.600	14.920	-	108.936	28.789	-	238.245

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa (controladora e consolidado)

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		40.405	37.812	40.405	37.812
Ajustes para:					
- Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	5.909	(7.767)
- Imposto de renda e contribuição social correntes		1.268	-	20.833	23.980
- Provisão para perdas de crédito esperada		-	-	(325)	(2.087)
- PIS e COFINS diferidos	23	-	-	(308)	(5.834)
- Títulos e valores mobiliários - rendimento	25	(5.548)	(2.249)	(10.082)	(10.799)
- Equivalência	15 (a)	(77.418)	(85.192)	-	-
- Juros e custo de transação das debêntures	25	42.101	47.941	42.101	47.941
- Ativo de contrato - remuneração	13	-	-	(84.788)	(88.574)
- Ativo de contrato - construção	13	-	-	(1.180)	-
		808	(1.688)	12.565	(5.328)
Variações em:					
- Concessionárias e permissionárias		-	-	3.355	5.534
- Ativo de contrato	13	-	-	84.120	146.391
- Impostos de renda e contribuição social a recuperar		(263)	(932)	(1.371)	(931)
- Outros impostos e contribuições a recuperar		(114)	-	668	(118)
- Outros ativos		2	-	1.937	1.312
- Fornecedores		31	1.013	1.079	435
- Salários e encargos a pagar		-	-	549	(252)
- Imposto de renda e contribuição social a recolher		(1.268)	-	(2.190)	(4.484)
- Outros impostos e contribuições a recolher		(1.030)	1.178	(3.929)	1.251
- Encargos setoriais		-	-	315	1.275
- Contas a pagar		(138)	(148)	(138)	(148)
- Outros passivos		(1)	2	1.362	168
Caixa (utilizado) gerado nas atividades operacionais		(1.973)	(575)	98.322	145.105
Impostos pagos sobre o lucro e a receita tributável		-	-	(19.152)	(20.762)
Debêntures - pagamento de juros	16	(40.941)	(42.883)	(40.941)	(42.883)
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades operacionais		(42.914)	(43.458)	38.229	81.460
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Títulos e valores mobiliários - aplicações		(101.969)	(850.126)	(236.098)	(1.015.163)
Títulos e valores mobiliários - resgates		144.473	801.990	288.968	985.915
Imobilizado		-	-	8	2
Recebimento de dividendos	27 (a)	91.551	143.808	-	-
Caixa gerado (utilizado) nas atividades de investimento		134.055	95.672	52.878	(29.246)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Debêntures - captação	16	-	350.000	-	350.000
Custo de transação	16	-	(2.304)	-	(2.304)
Debêntures - pagamento de principal	16	-	(337.305)	-	(337.305)
Pagamento de dividendos	27 (b)	(84.471)	(62.644)	(84.471)	(62.644)
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de financiamento		(84.471)	(52.253)	(84.471)	(52.253)
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes		6.670	(39)	6.636	(39)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		104	143	277	316
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		6.774	104	6.913	277

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações do valor adicionado (controladora e consolidado)

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receitas (1)		-	-	173.139	151.124
Remuneração do ativo de contrato	23	-	-	140.933	121.682
Operação e manutenção do ativo de contrato	23	-	-	29.181	27.899
Receita de construção	23	-	-	1.180	-
Outras receitas	23	-	-	3.452	2.203
Parcela variável	23	-	-	(1.607)	(659)
Insumos adquiridos de terceiros (2)		550	694	39.083	28.569
Custo de operação e manutenção		-	-	25.087	15.208
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		487	641	8.335	8.007
Custo de construção		-	-	1.062	-
Despesas gerais, administrativas e outros		63	53	4.599	5.354
Valor adicionado bruto (1) - (2) = (3)		(550)	(694)	134.056	122.555
Depreciação e amortização (4)		-	-	-	-
Valor adicionado líquido (3) - (4) = (5)		(550)	(694)	134.056	122.555
Valor adicionado recebido em transferência (6)		84.438	87.731	11.557	11.099
Resultado de equivalência patrimonial	15 (a)	77.418	85.192	-	-
Receitas financeiras	25	7.020	2.539	11.557	11.099
Valor adicionado total a distribuir (5 + 6)		83.888	87.037	145.613	133.654
Distribuição do valor adicionado		83.888	87.037	145.613	133.654
Pessoal		-	-	16.133	12.831
Impostos federais		1.268	-	38.672	25.456
Juros	25	40.952	45.105	40.952	45.105
Custo de transação - debêntures	25	1.149	2.836	1.149	2.836
Outras receitas (despesas)	23/25	114	1.284	8.302	9.615
Lucro líquido do exercício		40.405	37.812	40.405	37.812

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1 Contexto operacional

A Celeo Redes Transmissão de Energia S.A. (Companhia), sociedade anônima aberta, foi constituída em 26 de junho de 2018 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, empresárias ou não empresárias, como sócia ou acionista, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras e ainda participar de consórcio.

A Companhia possui participação de 100% no capital social das empresas LT Triângulo S.A. (Triângulo) e Vila do Conde Transmissora de Energia S.A. (Vila do Conde).

A Celeo Redes Brasil S.A. (Celeo) possui 100% de participação na Companhia, sendo controlada em conjunto pela Elecnor S.A. com 51% e a Pasterze Investments Holding B.V. com 49%.

A Companhia apresenta capital circulante líquido consolidado negativo de R\$ 211.495 em 31 de dezembro de 2024, decorrente da reclassificação do saldo devedor das debêntures para o passivo circulante, considerando seu vencimento em outubro de 2025. Ainda assim, a geração de caixa da Companhia permanece suficiente para honrar as obrigações de curto prazo, exceto para o pagamento desse saldo devedor, contando, se necessário, com o suporte financeiro do acionista. A administração planeja o resgate antecipado das debêntures por meio de uma nova emissão e segue avaliando outras alternativas, conforme necessário. Para tanto, a Companhia se apoia em sua sólida expertise em operações semelhantes e no robusto relacionamento do Grupo Celeo com os mercados financeiro e de capitais.

(a) Registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

Em 2 de agosto de 2018 foi aprovada em assembleia geral extraordinária (AGE) a abertura do capital da Companhia e a submissão do pedido de registro de companhia aberta emissora de valores mobiliários na categoria "B" perante a CVM, nos termos da Instrução da CVM nº 480.

No dia 12 de dezembro de 2018, a CVM deferiu o registro da Companhia como emissor na categoria "B".

(b) Controladas

As controladas (também definidas como "Grupo" quando mencionadas em conjunto com a Companhia) são concessionárias de transmissão de energia, com prazo de exploração de 30 anos, conforme informações a seguir.

	Contrato de concessão	Término do contrato	RAP		Redução da RAP	Indexador
			2024-2025	2023-2024		
Triângulo	004/2006	26/04/2036	79.576	109.562	Julho-2023	IPCA
Vila do Conde	003/2005	04/03/2035	64.880	64.935	Maior-2021	IGP-M

Os contratos assinados entre os anos de 2000 e 2006 estabelecem uma Receita Anual Permitida (RAP) fixa, sendo prevista a queda da RAP a partir do 16º ano de operação comercial que se estenderá até o término do prazo da concessão.

- (b.1) A RAP da Triângulo para o ciclo 2024-2025 foi de R\$ 79.576, uma redução de 27,4% quando comparada com a RAP para o ciclo 2023-2024 que foi de R\$ 109.562, decorrente principalmente do processo de redução de 50% da RAP, prevista no Contrato de Concessão para a receita 16º ano de entrada em operação) que passou a impactar a partir de julho de 2024 o ciclo 2023-2024. O efeito total da redução da RAP ocorrerá no ciclo 2025-2026. Os valores são reajustados anualmente pela variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo).
- (b.2) A RAP da Vila do Conde para o ciclo 2024-2025 foi de R\$ 64.880 uma redução de 0,08% quando comparada com a RAP para o ciclo 2023-2024, de R\$ 64.935, decorrente do reajuste do IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado).

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras (controladora e consolidado) foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas “normas contábeis IFRS” (IFRS® Accounting Standards)) incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations) e de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 25 de março de 2025.

Detalhes sobre as políticas contábeis materiais do Grupo estão apresentadas na nota explicativa 8.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras (controladora e consolidado), e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real brasileiro (R\$), que é a moeda funcional do Grupo. Todos os valores estão apresentados em milhares de R\$ e foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras (controladora e consolidado), a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Itens sujeitos a essas estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato (nota explicativa 8.5), análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas esperadas de crédito (nota explicativa 28), reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios (nota explicativa 20). As estimativas e julgamentos são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras (controladora e consolidado) foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

6 Sazonalidade

As controladas da Companhia não possuem sazonalidade nas suas operações.

7 Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST).

8 Políticas contábeis materiais

Uma série de novas normas contábeis são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. O Grupo não adotou as novas normas contábeis (listadas abaixo) na preparação destas demonstrações financeiras (controladora e consolidado), porque não tiveram impacto.

Norma	Vigência
Passivos não circulantes com cláusulas restritivas e Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes – Alterações ao CPC 26/IAS 1	01/01/2024
Passivo de arrendamento em uma venda e arrendamento posterior – Alterações ao CPC 06/IFRS 16	
Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7	

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras (controladora e consolidado), salvo indicado ao contrário.

8.1 Base de consolidação

(a) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras da controladora, as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(b) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures).

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite à Companhia o controle compartilhado da entidade e dá à Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

(c) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas, se aplicável, são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

8.2 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários à vista e os investimentos de alta liquidez em Operações Compromissadas e Certificados de Depósitos bancários (CDB), com prazo de vencimento de 3 (três) meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor, mensurados ao custo amortizado. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. Quando os investimentos não atendem a esses critérios são classificados como títulos e valores mobiliários.

8.3 Títulos e valores mobiliários

Os saldos apresentados no circulante referem-se às aplicações financeiras que não se caracterizam como caixa e equivalentes de caixa. Incluem os CDBs com prazo de vencimento superior a 3 (três) meses.

8.4 Instrumentos financeiros

(a) Classificação e mensuração

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Um ativo e um passivo financeiros são reconhecidos quando uma entidade se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro, exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo. Nesse caso, os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que forem diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à emissão são adicionados ou reduzidos.

Geralmente, ativos e passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto em algumas circunstâncias, que incluem determinados ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado VJR. Quando ativos e passivos financeiros mensurados a custo amortizado têm seus termos contratuais modificados e tal modificação não é substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação, é reconhecida como ganho ou perda no resultado do exercício.

Subsequentemente, os instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas frente às vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na sua falta, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. Segue abaixo a característica de cada classificação:

(i) Custo amortizado

Um ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(ii) VJR

Os ativos financeiros ao VJR compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao VJR. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

(a) Valor justo e hierarquia dos ativos e passivos financeiros

Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados.

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente segue os níveis: (i) nível I - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração; (ii) nível II - são informações, que não os preços cotados incluídos no nível I, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (iii) nível III - são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

Todos os ativos e passivos financeiros foram classificados no nível II e não houve transferências de níveis no exercício.

8.5 Ativo de contrato

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e as controladas regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pelas controladas.

De acordo com o contrato de concessão, as controladas são responsáveis por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, as controladas possuem duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, as controladas mantêm sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as controladas nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

i. Reconhecimento de receita de construção

Tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção (entre 8% e 16%) de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, as controladas utilizaram um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores.

ii. Reconhecimento da receita de operação e manutenção

Registrada mensalmente, a partir da entrada em operação, considerando uma margem de 22% sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão.

iii. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido

Registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica "Remuneração do ativo de contrato", utilizando a taxa de desconto (que varia entre 13% e 14%) definida no início de cada projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio dos dois fluxos de caixa descritos a seguir:

- i. Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico ("ONS") conforme contrato de concessão e recebidos dos

- ii. participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.
- iii. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

8.6 Imposto de renda e contribuição social

i. Lucro real

A Companhia e sua controlada Triângulo são optantes pelo regime do Lucro Real. O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de (i) 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e (ii) 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, além de considerarem a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos.

(a) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(b) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido, quando aplicável, é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada exercício e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

ii. Lucro presumido

A controlada Vila do Conde é optante pelo regime do lucro presumido. O IRPJ e a CSLL são calculados considerando as premissas: base de cálculo de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre a receita de operação e manutenção, 32% sobre a receita de construção e remuneração do ativo de contrato e alíquota de 15% e adicional de 10% para o IRPJ e alíquota de 9% para a CSLL.

8.7 Receitas e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: (i) valor contábil bruto do ativo financeiro; ou (ii) custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo, quando o ativo não estiver com problemas de recuperação, ou, alternativamente, ao custo amortizado do passivo. A receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

9 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Não houve adoção antecipada e não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo:

Norma	Vigência
Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21)	01/01/2025
Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros e Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza – Alterações às CPC 48/IFRS 9 e CPC 40/IFRS 7	01/01/2026
IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis (substituirá o CPC 26/IAS 1)	01/01/2027

10 Caixa e equivalentes de caixa

		Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Conta corrente		110	104	249	277
CDB	(i)	6.664	-	6.664	-
		6.774	104	6.913	277

- (i) O grupo aplicou seus recursos em Certificados de Depósito Bancário (CDB) no banco Santander do Brasil, sendo o rendimento deste título atrelado ao Depósito interbancário (DI). No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a taxa média de indexação dessa aplicação foi de 100%.

A variação observada deve-se ao prazo de vencimento do CDB, uma vez que os investimentos de alta liquidez com prazo de vencimento de 3 (três) meses ou menos são classificados como caixa e equivalentes de caixa. Para melhor detalhamento verifique nota explicativa 8.2.

11 Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
CDB - Santander	11.320	39.677	53.096	87.285
CDB - Itaú	10.375	18.974	10.375	18.974
	21.695	58.651	63.471	106.259

O saldo de aplicações financeiras da Companhia foi gerado pelo recebimento de dividendos pagos pelas controladas Triângulo e Vila do Conde.

O Grupo aplica seus recursos em Certificados de Depósito Bancário (CDB) no banco Santander e no banco Itaú, sendo o rendimento destes títulos atrelado ao Depósito Interbancário (DI). No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a taxa média de indexação dessas aplicações financeiras foi respectivamente, de 98,75% e 98% (100,1% e 75% em 2023) do DI com vencimento entre julho de 2025 e janeiro de 2026.

A redução no saldo consolidado decorre das operações do Grupo, e foi impactada principalmente pelo processo de redução na RAP da Triângulo, para maiores detalhes veja notas explicativas 1 (b).

12 Concessionárias e permissionárias

	Consolidado	
	2024	2023
A vencer	12.375	15.252
Até 3 meses	1.601	583
De 3 a 12 meses	356	1.527
Acima de 12 meses	2.412	2.087
Provisão para perda de crédito esperada (PCE)	(2.412)	(2.087)
	14.332	17.362

A movimentação da PCE está demonstrada a seguir

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022	(2.087)	-
Adições	(325)	(2.087)
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023	(2.412)	(2.087)

13 Ativo de contrato

	Triângulo	Vila do Conde	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2022	517.788	227.415	745.203
Remuneração do ativo de contrato	58.458	30.116	88.574
Recebimentos	(117.339)	(29.052)	(146.391)
Em 31 de dezembro de 2023	458.907	228.479	687.386
Remuneração do ativo de contrato	54.607	30.181	84.788
Receita de construção	-	1.180	1.180
Recebimentos	(53.701)	(30.419)	(84.120)
Em 31 de dezembro de 2024	459.813	229.421	689.234

Os saldos do circulante e não circulante apresentados nos balanços patrimoniais estão demonstrados abaixo:

	Consolidado	
	2024	2023
Circulante	87.965	84.120
Não circulante	601.269	603.266
	689.234	687.386

14 Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Imposto de renda - juros sobre capital próprio	9.474	9.173	9.474	9.173
Imposto de renda - mútuo	3.589	3.418	3.589	3.417
Outros	898	1.107	898	-
	13.961	13.698	13.961	12.590

15 Investimentos

(a) Movimentação dos investimentos

	Triângulo	Vila do Conde	Controladora
Em 31 de dezembro de 2022	381.001	214.760	595.761
Resultado de equivalência patrimonial	36.797	48.395	85.192
Dividendos recebidos	(73.239)	(24.394)	(97.633)
Dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprio	(17.479)	(24.197)	(41.676)
Em 31 de dezembro de 2023	327.080	214.564	541.644
Resultado de equivalência patrimonial	41.925	35.493	77.418
Dividendos recebidos	(27.479)	(24.197)	(51.676)
Dividendos mínimos obrigatórios	(19.914)	(17.747)	(37.661)
Em 31 de dezembro de 2024	321.612	208.113	529.725

(b) Informações financeiras resumidas das controladas

	Triângulo		Vila do Conde	
	2024	2023	2024	2023
Ativo circulante	86.470	84.041	74.379	84.576
Ativo não circulante	408.390	409.901	201.568	202.059
Passivo circulante	47.534	46.403	33.328	37.654
Passivo não circulante	125.714	120.459	34.506	34.417
Patrimônio líquido	321.612	327.080	208.113	214.564
Lucro líquido do exercício	41.925	36.797	35.493	48.395

16 Debêntures

		Controladora e Consolidado	
Debêntures		358.292	343.375
Custo de transação	(a)	(2.516)	(3.048)
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022		355.776	340.327
Captação - 2ª Emissão		-	350.000
Custo de transação - 2ª Emissão		-	(2.304)
Juros - 1ª Emissão		-	37.217
Juros - 2ª Emissão		40.952	7.888
Amortização - principal - 1ª Emissão		-	(337.305)
Amortização - juros 1ª Emissão		-	(42.883)
Amortização - juros 2ª Emissão		(40.941)	-
Amortização - custo de transação 1ª Emissão		-	2.836
Amortização - custo de transação 2ª Emissão		1.149	-
Debêntures		358.303	358.292
Custo de transação	(a)	(1.367)	(2.516)
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023		356.936	355.776

Os saldos do circulante e não circulante apresentados nos balanços patrimoniais estão demonstrados abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Circulante	356.936	6.733
Não circulante	-	349.043
	356.936	355.776

i. Estrutura da dívida

No dia 15 de dezembro de 2018 a Companhia realizou sua 1ª emissão de debêntures, no montante de R\$ 565.000, destinadas ao pagamento integral dos financiamentos vigentes nas controladas e distribuição de recursos para sua controladora, a Celeo.

No dia 19 de outubro de 2023, a Companhia realizou a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, no valor de R\$ 350.000, destinadas ao resgate das debêntures da 1ª emissão, pagamento de custos da 2ª emissão e reforço de caixa. A liquidação da emissão ocorreu em 24 de outubro de 2023.

Sobre o saldo devedor incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias do DI - Depósito Interbancário de um dia, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, acrescida exponencialmente de sobretaxa (*spread*) de 1,05% ao ano.

Os juros remuneratórios são pagos semestralmente nos dias 19 dos meses de abril e outubro de cada ano, sendo o primeiro pagamento realizado em 19 de abril de 2024 e o último na data de vencimento em 19 de outubro de 2025, e o principal será amortizado integralmente em uma única parcela na data de vencimento em 19 de outubro de 2025.

- (a) Refere-se aos custos com comissões bancárias e honorários advocatícios para obtenção das debêntures. A contrapartida foi reconhecida no passivo circulante na rubrica de contas a pagar.

ii. Estratégia para a contratação da dívida

Na avaliação prévia à contratação da dívida, a Companhia considerou o impacto da captação em sua estrutura de capital, além de fatores como disponibilidade de recursos (fontes existentes e disponíveis), custo, prazo e indexação.

iii. Cláusulas restritivas

As debêntures possuem cláusulas restritivas (*covenants*) financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência.

As cláusulas de vencimento antecipado são usuais para esse tipo de operação e as principais cláusulas estão descritas a seguir: (a) Inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária relativa às debêntures e/ou prevista na escritura; (b) Qualquer operação que implique alteração da estrutura societária da Emissora sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas; (c) transferência do controle acionário das Companhia e/ou das Controladas de forma direta ou indireta, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas; (d) liquidação, dissolução, extinção, pedido de recuperação judicial e declaração de falência da Companhia e/ou das Controladas; (e) a Companhia deixar de ser uma sociedade por ações; (e) Distribuição de dividendos superior ao mínimo obrigatório caso esteja inadimplente com a escritura; (f) Aumento de capital nas controladas acima de R\$ 5.000 sem a prévia anuência dos debenturistas; (g) concessão de preferência a outros créditos, assunção de novas dívidas e/ou emissão de valores mobiliários (exceto por emissões de ações), sem a prévia anuência dos Debenturistas; (h) constituição, a qualquer tempo, de Ônus sobre qualquer ativo detido pela Emissora e/ou pelas Controladas; (i) outorga de garantia fidejussória sem a prévia anuência dos Debenturistas; (j) declaração de vencimento antecipado, de qualquer dívida ou obrigação financeira ou protesto de títulos em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$6.550.000,00 (seis milhões quinhentos e cinquenta mil reais) ou seu equivalente em outras moedas; (k) cessão, venda, alienação e/ou qualquer forma de transferência de ativos pela Companhia, exceto por Ativos Sobressalentes e nas hipóteses exigidas pelo Poder Concedente e (l) Não atingimento dos seguintes índices financeiros (i) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo 1,05 ou (ii) Dívida Líquida/EBITDA ajustado consolidado inferior a 3,80.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia estava em conformidade com as cláusulas restritivas estabelecidas na escritura das debêntures

iv. Composição do endividamento e da dívida líquida

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Dívida bruta				
Debêntures	358.303	358.292	358.303	358.292
Caixa e equivalentes de caixa e TVM				
Conta corrente	110	104	249	277
CDB	28.359	58.651	70.135	106.259
Dívida líquida	329.834	299.537	287.919	251.756

17 Imposto de renda e contribuição social a recolher

	Consolidado	
	2024	2023
Imposto de renda	12.232	12.735
Contribuição social	4.629	4.635
	16.861	17.370

18 PIS e COFINS diferidos

	Consolidado	
	2024	2023
PIS	7.908	7.962
COFINS	36.423	36.677
	44.331	44.639

Os valores apresentados referem-se à diferença temporária entre o reconhecimento da receita de acordo com os avisos de crédito (AVC) e a receita de acordo com a aplicação do CPC 47, que será amortizado até o término da concessão. A segregação entre o circulante e não circulante apresentados nos balanços patrimoniais estão demonstrados a seguir.

	Consolidado	
	2024	2023
Circulante	5.951	5.693
Não circulante	38.380	38.946
	44.331	44.639

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (EC) no 132, que estabelece a Reforma Tributária (Reforma) sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (IVA dual) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (IS) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do (IBS) tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

19 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Consolidado	
	2024	2023
Imposto de renda	89.588	85.243
Contribuição social	32.251	30.688
	121.839	115.931

A composição do saldo está apresentada a seguir.

	Consolidado	
	2024	2023
Provisão para perda de crédito esperada	(2.412)	(2.087)
Pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	124.251	118.018
	121.839	115.931

20 Contingências

(a) Servidão administrativa - Triângulo

A Triângulo indeniza os proprietários por onde a linha de transmissão foi construída. Inicialmente a Triângulo atribui o valor da indenização que é reconhecida inicialmente como custo do empreendimento. Caso o proprietário não concorde com o valor da indenização, ele aciona juridicamente a Triângulo.

Em 31 de dezembro de 2024 não há processos avaliados com risco de perda provável (R\$ 250 em 31 de dezembro de 2023). Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o valor com risco de perda possível avaliado pela administração e suportado pelos assessores jurídicos é de R\$ 1.310 e R\$ 1.080, respectivamente.

Caso esse valor seja pago aos proprietários, a Triângulo pode pedir à ANEEL a reabertura do processo de unitização e incluir esses gastos como custo do empreendimento.

(b) Tributário – Triângulo

A Triângulo possui processos administrativos contra a Receita Federal do Brasil em virtude da utilização de créditos de IRPJ e CSLL, e que posteriormente não foram homologados.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 o Superior Tribunal Federal (STF) julgou os processos como improcedentes. Os processos foram suspensos não ocasionando em nenhum custo para a Triângulo.

(c) Vila do Conde

Em dezembro de 2018, a Vila do Conde entrou com ação contra a ANEEL e o ONS com o objetivo de suspender a realização dos descontos a título de parcela variável por indisponibilidade. Em janeiro de 2019, a Vila do Conde conseguiu a antecipação de tutela para garantir que os descontos não fossem efetuados. Em fevereiro de 2019, a ANEEL peticionou informando que o processo administrativo havia sido finalizado. Em 26 de maio de 2020, foi prolatada sentença de improcedência do pedido, visto o fim do processo administrativo. No âmbito administrativo, os descontos ocorreram. Atualmente, após recurso de apelação apresentado pela Vila do Conde, o processo encontra-se em discussão dos honorários de sucumbência. Em 31 de dezembro de 2024 o valor em risco é de R\$ 580 (R\$ 551 em 31 de dezembro de 2023) e foi avaliado pela administração e suportado pelos assessores jurídicos como risco de perda possível.

21 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 85.600 dividido em 85.600 (oitenta e cinco milhões) de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Todas as ações são detidas pela Celeo.

(b) Reserva de lucros

i. Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o valor destinado foi de R\$ 2.020 e R\$ 1.891, respectivamente.

ii. Reserva de retenção de lucros

Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e os dividendos mínimos obrigatórios, que será paga, mediante aprovação dos acionistas.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 24 de outubro de 2024, foi deliberada a realocação de R\$ 157.120 de reserva de retenção de lucros a realizar para reserva de retenção de lucros, conforme descrito no item "iii".

Por meio da AGE, realizada em 24 de outubro de 2024, os acionistas aprovaram o pagamento no montante de R\$ 48.550 de dividendos adicionais à acionista.

Conforme artigo 193 da Lei 6.404/76 o saldo da reserva de lucros ultrapassou o capital social em R\$ 23.336 e esse excesso será deliberado na próxima Assembleia Geral Ordinária (AGO).

iii. Reserva de lucros a realizar

Refere-se ao impacto da adoção do CPC 47/IFRS 15.

Por meio da AGO, realizada em 24 de outubro de 2024, foi deliberada a realocação de R\$ 157.120 de reserva de retenção de lucros a realizar para reserva de retenção de lucros.

iv. Dividendo adicional proposto

Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e o dividendo mínimo obrigatório, mediante aprovação dos acionistas.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o valor destinado foi de R\$ 28.789 e R\$ 26.941, respectivamente.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada no dia 30 de abril de 2024, foi deliberada a distribuição dos dividendos adicionais propostos, destinados ao pagamento, no valor de R\$ 26.941.

(c) Dividendo mínimo obrigatório

O estatuto social da Companhia determina que os acionistas terão direito, em cada exercício social, aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o valor destinado foi de R\$ 9.596 e R\$ 8.890, respectivamente.

22 Lucro básico e diluído por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Lucro líquido do exercício	40.405	37.812
Média ponderada das ações emitidas	85.600	85.600
	0,47	0,44

A Companhia não possui ações ordinárias diluídas, portanto o lucro básico e diluído por ação é o mesmo.

23 Receita operacional líquida

		Consolidado	
		2024	2023
Remuneração do ativo de contrato		140.933	121.682
Receita de operação e manutenção		29.181	27.899
Receita de construção	(a)	1.180	-
Compartilhamento de infraestrutura		3.452	2.203
Parcela variável (indisponibilidade)	(b)	(1.607)	(659)
Receita bruta		173.139	151.125
Pis e Cofins correntes		(12.239)	(15.077)
Pis e Cofins diferidos		308	5.834
Encargos setoriais	(c)	(6.269)	(7.861)
Deduções da receita		(18.200)	(17.104)
Receita operacional líquida		154.939	134.021

- (a) Refere-se a Receita de Construção do projeto de substituição da proteção e controle diferencial de barras da controlada Vila do Conde.
- (b) A parcela variável é reconhecida no momento da ocorrência do evento, por meio da Apuração Mensal dos Serviços de Encargos de Transmissão (AMSE) e quando não disponível, são realizadas provisões suficientes para garantir eventuais perdas.

A composição do saldo da parcela variável está apresentada a seguir.

		Consolidado	
		2024	2023
Triângulo - Reator nova ponte	(i)	(724)	-
Vila do Conde - Desligamento de disjuntor	(ii)	-	(392)
Vila do Conde - Melhorias na vedação dos disjuntores	(iii)	(560)	-
Outros		(323)	(267)
		(1.607)	(659)

- (i) Em dezembro de 2024 ocorreu um desligamento na Triângulo relacionado ao reator na subestação Nova Ponte. A Triângulo realizou as inspeções e os ajustes necessários para retomar à operação.
- (ii) Em maio de 2023, ocorreu um desligamento manual na Vila do Conde, em emergência do disjuntor da LT Tucuruí que provocou a parcela variável. A Vila do Conde realizou inspeções e concluiu que a intercorrência foi causada por falha no mecanismo de fechamento da fase. Foi informado à ONS a correção realizada e a disponibilização do equipamento para operação.
- (iii) Em novembro de 2024 foi realizada uma manutenção corretiva programada para melhorias na vedação dos disjuntores da Vila do Conde.
- (c) Os saldos dos encargos setoriais estão demonstrados abaixo:

	Consolidado	
	2024	2023
Reserva global de reversão (RGR)	(4.123)	(5.194)
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	(1.515)	(1.867)
Taxa de fiscalização de serviços de energia (TFSEE)	(631)	(800)
	(6.269)	(7.861)

24 Custos operacionais e despesas gerais e administrativas

(a) Custos operacionais

		Consolidado	
		2024	2023
Manutenção de subestação	(i)	(14.832)	(5.926)
Pessoal		(14.653)	(11.806)
Serviço de operação e manutenção	(ii)	(5.886)	(5.617)
Contrato de compartilhamento de instalação		(1.703)	(1.744)
Material		(1.338)	(1.197)
Viajem e hospedagem		(1.253)	(780)
Custo de construção	(iii)	(1.062)	-
Vigilância e segurança		(1.008)	(677)
Consultorias		(494)	(740)
Diversos		(3.511)	(1.851)
		(45.740)	(30.338)

- (i) Refere-se aos custos que o Grupo teve de prestações de serviços para reparo e manutenção das suas linhas de transmissão. Do montante gasto no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, R\$ 7.493 refere-se ao processo de modernização do sistema de proteção dos equipamentos da subestação da Vila do Conde.

- (ii) Refere-se a prestação de serviços para operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão realizados pela Celeo, veja nota explicativa 27.
- (iii) Refere-se aos custos de máquinas, equipamentos e materiais para o projeto de substituição da proteção e controle diferencial de barras da controlada Vila do Conde.

(b) Despesas gerais e administrativas

		Consolidado	
		2024	2023
Prestação de serviços administrativos	(i)	(5.607)	(5.607)
Pessoal		(1.480)	(1.025)
Consultorias		(932)	(867)
Publicações		(126)	(195)
Diversos		(332)	(142)
		(8.477)	(7.836)

- (i) Refere-se a prestação de serviços administrativos (contabilidade, fiscal, financeiro, jurídico e outros) realizados pela Celeo, conforme nota explicativa 27 (c).

25 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Rendimento de aplicação financeira	5.548	2.249	10.082	10.799
Juros selic	1.472	290	1.475	300
Receitas financeiras	7.020	2.539	11.557	11.099
Juros - debêntures	(40.952)	(45.105)	(40.952)	(45.105)
Custo de transação - debêntures	(1.149)	(2.836)	(1.149)	(2.836)
Outras despesas	(114)	(1.284)	(2.032)	(1.753)
Despesas financeiras	(42.215)	(49.225)	(44.133)	(49.694)
	(35.195)	(46.686)	(32.576)	(38.595)

26 Imposto de renda e contribuição social

	Consolidado	
	2024	2023
Resultado antes dos impostos	67.147	54.025
Despesa de IRPJ e CSLL à alíquota nominal de 34%	(22.830)	(18.368)
Juros sobre capital próprio	-	4.080
Incentivo fiscal - IRPJ	586	211
Empresa consolidada - lucro presumido	(3.665)	(3.675)
Adições (exclusões)	(833)	1.539
Despesa de IR e CS à alíquota efetiva	(26.742)	(16.213)
Alíquota efetiva	40%	30%

27 Transações com partes relacionadas

(a) Dividendos e juros sobre capital próprio a receber

	Triângulo	Vila do Conde	Controladora
Em 31 de dezembro de 2022	21.782	24.394	46.176
Aprovação dos dividendos oriundos das reservas de lucros	73.239	24.394	97.633
Recebimento de dividendos e juros sobre o capital próprio (JSCP)	(95.021)	(48.787)	(143.808)
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios e JSCP (líquido do IRRF)	15.679	24.197	39.876
Em 31 de dezembro de 2023	15.679	24.197	39.876
Aprovação dos dividendos oriundos das reservas de lucros	27.479	24.197	51.676
Recebimento de dividendos e juros sobre o capital próprio (JSCP)	(43.157)	(48.394)	(91.551)
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	19.914	17.747	37.661
Em 31 de dezembro de 2024	19.915	17.747	37.662

(b) Dividendos

	Controladora	
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022	8.980	23.994
Aprovação dos dividendo oriundos das reservas de lucros	75.491	38.650
Pagamento de dividendos	(84.471)	(62.644)
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	9.596	8.980
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023	9.596	8.980

(c) Transações comerciais

	Tipo de transação	Índice de correção	Prazo	Vencimento	Passivo		Resultado	
					2024	2023	2024	2023
Triângulo	O&M	IPCA	5 anos	2026	499	240	(3.311)	(3.228)
Triângulo	Backoffice	IPCA	5 anos	2024	-	-	(3.299)	(3.299)
Vila do Conde	O&M	IPCA	5 anos	2026	388	146	(2.575)	(2.390)
Vila do Conde	Backoffice	IPCA	5 anos	2024	-	-	(2.309)	(2.309)

Refere-se ao contrato que as controladas Triângulo e Vila do Conde possuem com a Celeo para a (i) prestação de serviços administrativos. A despesa desse contrato é registrada na rubrica "despesas gerais e administrativas"; e (ii) serviço de operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão das controladas. O custo desse contrato é registrado na rubrica "custos operacionais".

(d) Transações com a controladora

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a companhia possui o montante a pagar de R\$ 2.509, respectivamente, referente a despesas pagas pela Celeo.

(e) Remuneração da administração

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não houve atribuição de pagamentos realizados pela Companhia aos seus administradores, uma vez que os mesmos recebem um salário unificado, pago pela Celeo e outras afiliadas do mesmo grupo econômico, considerando o compartilhamento de despesas corporativas comuns, em virtude da atuação dos administradores em todas as empresas do grupo.

28 Gestão de riscos financeiros

(a) Considerações gerais e políticas

O Grupo administra seus capitais investidos para assegurar que possa continuar suas atividades e maximizar o retorno dos seus acionistas. O gerenciamento de riscos tem por objetivo identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela administração, tais como (i) os riscos de capital, (ii) de mercado, (iii) de crédito e (iv) de liquidez. O Grupo não contratou qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo nos exercícios apresentados.

i. Gestão de risco de capital

O Grupo administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno adequado aos acionistas e demais partes interessadas, e buscando manter uma estrutura de capital em linha com seu plano de negócios e seus objetivos.

Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a administração pode propor, observadas as condições do Contrato de Concessão, e da Escritura de Emissão de Debêntures, a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas e a emissão de novas ações e outras ações de adequação de estrutura de capital.

ii. Gestão de risco de mercado

Este risco é oriundo da possibilidade do Grupo incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas à dívida ou o rendimento das aplicações financeiras. Atualmente, a dívida do Grupo possui taxas pré-fixadas mais variação acumulada de 100% das taxas médias diárias de DI.

iii. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade do Grupo incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

iii.1 Risco de crédito das contrapartes comerciais

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade do Grupo incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais.

Como forma de gerenciamento e mitigação do risco de inadimplência, o Grupo monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, em conformidade com a regulamentação regulatória. Na hipótese de haver pendência de pagamento, as controladas na qualidade de agentes de transmissão, podem encaminhar ao ONS um pedido de acionamento do mecanismo de garantia financeira, conforme estabelecido pelo Contrato de Uso de Sistema de Transmissão assinado pelo ONS com os agentes acessantes do Sistema Interligado Nacional (SIN). Eventualmente, pode ocorrer que um usuário obtenha posicionamento jurídico favorável à suspensão parcial ou total dos pagamentos dos Encargos de Uso do Sistema de Transmissão ("EUST"), seja devido a reestruturação de passivos ou questionamento dos termos e condições do Contrato de Uso do Sistema de Transmissão ("CUST"). O Grupo não é parte ativa destas discussões e tem o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro assegurado pelo Contrato de Concessão. Apesar de não haver histórico de perdas materiais, o Grupo adotou uma política de provisão baseada em atrasos superiores a 12 meses.

iii.2 Risco de crédito com instituições financeiras

Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, o Grupo segue as disposições de sua política de risco de crédito que tem como objetivo a mitigação do risco por meio da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras consideradas de primeira linha.

O Grupo realiza o acompanhamento da exposição com cada contraparte, mediante avaliação de seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as instituições financeiras com as quais o Grupo possui operações em aberto.

iv. Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade do Grupo não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A Gestão financeira adotada pelo Grupo busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, analisando possíveis descasamentos entre recebimentos e desembolsos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa e dos planos de investimento permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Nos casos em que há sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito do Grupo, com o objetivo de preservar a liquidez do Grupo e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

(b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

O Grupo efetua testes de análise de sensibilidade conforme requerido pelas normas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos em aberto no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Na realização do teste, o Grupo assume que o valor apresentado estivesse em aberto durante todo esse exercício apresentado.

Foram preparados três cenários de análise de sensibilidade: (i) provável* - considera as taxas de juros futuros observados nesta data base; (ii) redução ou aumento de 25%; e (iii) redução ou aumento de 50% do cenário provável, respectivamente.

	Consolidado			
	Risco	Cenários		
		(i)	(ii)	(iii)
Aplicação financeira	Redução do CDI	(7.617)	(5.712)	(3.808)
Debêntures	Aumento do CDI	42.833	32.125	21.417

* Fonte: O CDI para o cenário provável (12%) foi considerado conforme relatório Focus de 03 de janeiro de 2025.

(c) Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

		Hierarquia do valor justo	Consolidado			
			2024		2023	
			Custo amortizado	VJR	Custo amortizado	VJR
Caixa e equivalente de caixa	10		6.913	-	277	-
Títulos e valores mobiliários	11	Nível II	-	63.471	-	106.259
Concessionárias e permissionária	12		14.332	-	17.362	-
Ativos Financeiros			21.245	63.471	17.639	106.259
Fornecedores			5.944	-	4.865	-
Debêntures	16		358.303	-	358.292	-
Passivo Financeiro			364.247	-	363.157	-

(d) Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado (entretanto, são exigidas divulgações do valor justo)

Exceto conforme detalhado na tabela a seguir, a Administração considera que os valores contábeis dos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, reconhecidos nessas informações financeiras, se aproximam dos seus valores justos.

		Hierarquia do valor justo	2024		2023	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures - 2ª Emissão	16	Nível II	358.303	357.899	358.292	358.344
			358.303	357.899	358.292	358.344

As debêntures são classificadas como "outros passivos financeiros ao custo amortizado" e a Administração avaliou que seu valor contábil se aproxima do seu valor justo, exceto quando essas debêntures possuem cotações divulgadas pela ANBIMA conforme negociações ocorridas no mercado secundário na data do balanço. O mercado secundário Bolsa, Balcão é considerado ativo pois os preços cotados estão disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, permitindo que as cotações reflitam transações de mercado reais que ocorreram em bases puramente comerciais. Contudo, cabe esclarecer que a precificação de debentures é prejudicada pela incipiência do mercado de capitais levando à formação de preços com baixíssima amostragem.

Quanto aos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, a Administração considera que os valores contábeis se aproximam dos seus valores justos, uma vez que: (i) possuem prazo de recebimento/pagamento médio inferior a 60 dias; (ii) são concentrados em títulos de renda fixa, remunerados à taxa CDI; e (iii) não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. A Companhia considera que os saldos contábeis do financiamento, classificados como "passivos financeiros ao custo amortizado", aproximam-se dos seus valores justos.

29 Cobertura de seguros

O Grupo possui como política a contratação de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade e que são julgados suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros, exceto para as linhas de transmissão. Esse fato é uma consequência de as coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos das linhas de transmissão e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados.

Em 31 de dezembro de 2024, a cobertura de seguros está demonstrada abaixo:

		Data de vigência	Importância segurada
Multirisco Rural	Vila do Conde	17.07.2024 a 17.07.2025	1.056
Multirisco Rural	Triângulo	17.07.2024 a 17.07.2025	550
Responsabilidade civil (i)	Grupo Celeo	30.06.2024 a 30.06.2025	20.000
D&O (i)	Grupo Celeo	31.07.2024 a 16.04.2025	50.000
Risco operacional	Vila do Conde	30.06.2024 a 30.06.2025	45.561
Risco operacional	Triângulo	30.06.2024 a 30.06.2025	125.135

- i. O Seguro Responsabilidade civil e D&O compreendem a todas as empresas do Grupo Celeo, do qual a Companhia e suas Controladas fazem parte.

José Maurício S. de Souza
Diretor

Marcus Hansen Balata
Diretor de relação com
investidores

Bruno M. S. M. Melo
Contador
CRC-RJ 111193/O-8